



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Município de Paulo Bento**  
**Poder Legislativo**



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA  
CONSUMIDORES TITULARES DE UNIDADES CONSUMIDORAS DO GRUPO B**  
**CONDIÇÕES ESPECÍFICAS - CONTRATO Nº 1000002302**

<b>DADOS DA DISTRIBUIDORA</b>		
<b>RAZÃO SOCIAL</b>		<b>CNPJ/MF Nº</b>
RGE SUL DISTR. ENERG SA		02.016.440/0001-62
<b>ENDEREÇO</b>		
AV SAO BORJA 2801		
<b>BAIRRO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>ESTADO</b>
FAZENDA SAO BORJA	SAO LEOPOLDO	RS

<b>DADOS DO CONSUMIDOR - Instalações: (Vide Anexo I)</b>		
<b>RAZÃO SOCIAL</b>		<b>CNPJ/MF Nº</b>
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PAULO BENTO		29.604.250/0001-12
<b>ATIVIDADE EXERCIDA NO LOCAL</b>		
CNAE: 8411-6/00 - Administração pública em geral/ Natureza Jurídica: 106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal		
<b>ENDEREÇO DA SEDE</b>		
RUA SÃO JOSÉ ESQUINA COM AV. IRMÃS, Nº: 75		
<b>BAIRRO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>ESTADO</b>
CENTRO	PAULO BENTO	RS
<b>ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA</b>		
(Vide Anexo I)		
<b>BAIRRO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>ESTADO</b>
(Vide Anexo I)	(Vide Anexo I)	(Vide Anexo I)

<b>INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA LEI Nº 14.133/2021</b>
<b>ATO AUTORIZATIVO DA CONTRATAÇÃO</b>
02/2022
<b>NÚMERO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO</b>
02/2022
<b>CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DO CRÉDITO PREVISTO PARA AS DESPESAS</b>
01.01.01.031.0001.2001.3.3.90.39.43.00.00
<b>FORO DA SEDE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>
ERECHIM



**Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Paulo Bento  
Poder Legislativo**



**Considerando que:**

- i. Conforme a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final; e Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que desenvolve atividade de comercialização de produtos ou serviços;
- ii. A Distribuidora é empresa concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica; e o Consumidor responsável pela unidade consumidora do Grupo B (Vide Anexo I), sujeito à Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21; e

As Partes, denominadas simplesmente Distribuidora e Consumidor, legalmente representadas e identificadas ao final, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviço Público de Energia Elétrica para Consumidores Titulares de Unidades Consumidoras do Grupo B (o "Contrato"), sob a égide das Leis Federais nº Lei 8.078/90, nº 14.133/21 e da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021 ("REN. 1.000/21"), em conformidade com as cláusulas e condições abaixo, que rubricado pelas Partes, é parte integrante deste instrumento:

**DEFINIÇÕES**

1. **CARGA INSTALADA:** soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na unidade consumidora, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (kW);
2. **CONSUMIDOR:** pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite o fornecimento de energia ou o uso do sistema elétrico à distribuidora, assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à(s) sua(s) unidade(s) consumidora(s);
3. **DISTRIBUIDORA:** agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica;
4. **ENERGIA ELÉTRICA ATIVA:** aquela que pode ser convertida em outra forma de energia, expressa em quilowatts-hora (kWh);
5. **ENERGIA ELÉTRICA REATIVA:** aquela que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampère-reactivo-hora (kvarh);
6. **GRUPO B:** grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 quilovolts (kV);
7. **PONTO DE ENTREGA:** conexão do sistema elétrico da **DISTRIBUIDORA** com a **UNIDADE CONSUMIDORA** e situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a **UNIDADE CONSUMIDORA**;
8. **POTÊNCIA DISPONIBILIZADA:** potência em quilovolt-ampère (kVA) de que o sistema elétrico da **DISTRIBUIDORA** deve dispor para atender aos equipamentos elétricos da **UNIDADE CONSUMIDORA**;
9. **PRÉ-PAGAMENTO:** modalidade de faturamento que permite a compra de energia elétrica antes de seu consumo.
10. **PÓS-PAGAMENTO ELETRÔNICO:** modalidade de faturamento em que as informações da energia elétrica consumida são armazenadas e consolidadas em dispositivo eletrônico que viabilize o pagamento pelo



consumidor.

**Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Paulo Bento  
Poder Legislativo**



**11. SIGFI (sistema individual de geração de energia elétrica com fonte intermitente)** sistema de geração de energia elétrica exclusivamente por meio de fonte de energia renovável intermitente, utilizado para o atendimento de uma **UNIDADE CONSUMIDORA**.

**12. MIGDI (microssistema isolado de geração e distribuição de energia elétrica):** sistema isolado de geração de energia elétrica com fonte de energia renovável intermitente, utilizado para o atendimento de mais de uma **UNIDADE CONSUMIDORA** e associado a microrrede de distribuição de energia elétrica.

**13. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO:** desligamento de energia elétrica da **UNIDADE CONSUMIDORA**, sempre que o **CONSUMIDOR** não cumprir com as suas obrigações definidas na Cláusula Quarta;

**14. TARIFA:** valor monetário estabelecido pela ANEEL, fixado em Reais por unidade de **ENERGIA ELÉTRICA ATIVA** ou da demanda de potência ativa; e

**15. UNIDADE CONSUMIDORA:** conjunto composto por instalações e equipamentos elétricos, condutores e acessórios, incluída a subestação, quando do fornecimento em tensão primária, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em apenas um **PONTO DE ENTREGA**, com medição individualizada, correspondente a um único consumidor e localizado em uma mesma propriedade ou em propriedades contíguas;

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1.** Este contrato tem por objeto a prestação pela **DISTRIBUIDORA** do serviço público de distribuição de energia elétrica ao **CONSUMIDOR**.

**1.2.** Este contrato contém as principais condições da prestação e utilização do serviço, sem prejuízo do contido nas Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica e demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

**1.3.** Faz parte integrante e indissociável do presente Contrato o seu Anexo I - Dados da Unidade Consumidora.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA**

**2.1.** O presente Contrato vigorará por prazo indeterminado, observadas, caso aplicável, as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: DA TARIFA**

**3.1.** A **DISTRIBUIDORA** deve cobrar as tarifas homologadas pela ANEEL pela prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica.

**3.2.** A **DISTRIBUIDORA** deve aplicar os descontos na **TARIFA** estabelecidos na legislação, bem como, se quiser, conceder descontos de forma voluntária.

**3.2.1.** A **DISTRIBUIDORA** deve informar ao **CONSUMIDOR** sobre o direito de receber a tarifa social de energia elétrica.

**3.3.** A **DISTRIBUIDORA** deve aplicar o adicional de bandeira tarifária, de acordo com a regulação.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Município de Paulo Bento**  
**Poder Legislativo**



**3.4.** Os valores das **TARIFAS** serão reajustados e/ou revisados anualmente.

**3.4.1.** A **DISTRIBUIDORA** deve informar ao **CONSUMIDOR** o percentual de alteração da **TARIFA** de energia elétrica e a data de início de sua vigência.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR**

**4.1.** São os principais direitos do **CONSUMIDOR**:

**4.1.1.** Ser orientado sobre a segurança e eficiência na utilização da energia elétrica.

**4.1.2.** Receber um serviço adequado, que satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das **TARIFAS**.

**4.1.3.** Receber compensação monetária se houver descumprimento da **DISTRIBUIDORA**, dos padrões de qualidade estabelecidos pela ANEEL.

**4.1.4.** Ter gratuidade para o aumento de carga, desde que a **CARGA INSTALADA** não ultrapasse 50 kW.

**4.1.4.1.** A gratuidade não se aplica para iluminação pública, obras com acréscimo de fases de rede em tensão até 2,3 kV e atendimento por sistemas isolados, que devem observar a regulação da ANEEL.

**4.1.5.** Alterar a modalidade tarifária, desde que previsto na regulação da ANEEL, no prazo de até 30 (trinta) dias.

**4.1.6.** Solicitar a inspeção do sistema de medição de faturamento, para verificação do correto funcionamento dos equipamentos.

**4.1.7.** Responder apenas por débitos relativos à **UNIDADE CONSUMIDORA** de sua titularidade ou vinculados à sua pessoa, não sendo obrigado a assinar termo relacionado à débitos de terceiros.

**4.1.8.** Não ser cobrado pelo consumo de **ENERGIA ELÉTRICA REATIVA** excedente.

**4.1.9.** Ter a devolução em dobro dos pagamentos de valores cobrados indevidamente, acrescidos de atualização monetária e juros, salvo hipótese de erro atribuível ao **CONSUMIDOR** e fato de terceiro.

**4.1.10.** Escolher a data para o vencimento da fatura, dentre as 6 (seis) datas, no mínimo, disponibilizadas pela **DISTRIBUIDORA**, exceto na modalidade de **PRÉ-PAGAMENTO**.

**4.1.11.** Receber, até o mês de maio do ano corrente, declaração de quitação anual de débitos do ano anterior.

**4.2.** São direitos do **CONSUMIDOR** na modalidade tarifária convencional e branca:

**4.2.1.** Receber a fatura com periodicidade mensal, considerando as leituras do sistema de medição ou, caso aplicável, o valor por estimativa.

**4.2.1.1.** A fatura deve ser entregue, conforme opção do **CONSUMIDOR**, em versão impressa ou eletrônica, com antecedência do vencimento de pelo menos:

- 10 (dez) dias úteis, para classe poder público, Iluminação Pública e Serviço Público;  
e

- 5 (cinco) dias úteis, para demais classes.

**4.2.2.** Receber gratuitamente o código de pagamento ou outro meio que viabilize o pagamento da fatura, de forma alternativa à emissão da segunda via.

**4.2.3.** Ser informado, na fatura, sobre a existência de faturas não pagas.

**4.3.** São direitos do **CONSUMIDOR** na modalidade tarifária de **PRÉ-PAGAMENTO**:

**4.3.1.** Ser informado dos locais para aquisição de créditos e horários de funcionamento.

**4.3.2.** Receber comprovante no ato da compra de créditos.

**4.3.3.** Ter a sua disposição as informações necessárias à realização da recarga de créditos no caso de perda ou extravio de comprovante de compra não utilizado.

**4.3.4.** Ser informado sobre a quantidade de créditos disponíveis avisado da proximidade dos créditos



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Município de Paulo Bento**  
**Poder Legislativo**



acabarem.

**4.3.5.** Poder solicitar crédito de emergência, em qualquer dia da semana e horário.

**4.3.6.** Receber, sempre que solicitado, demonstrativo de faturamento com informações consolidadas do valor total comprado, quantidade de créditos, datas e os valores das compras realizadas no mês de referência.

**4.3.7.** Ter os créditos transferidos para outra **UNIDADE CONSUMIDORA** de sua titularidade ou a devolução desses créditos por meio de crédito em conta corrente ou ordem de pagamento nos casos de encerramento contratual.

**4.4.** O **CONSUMIDOR** na modalidade de **PRÉ-PAGAMENTO ELETRÔNICO** deve:

**4.4.1.** Ser orientado sobre a correta operação do sistema e da modalidade.

**4.4.2.** Ter o medidor e demais equipamentos verificados e regularizados sem custos em casos de defeitos no prazo de até:

- 6 (seis) horas, no meio urbano;

- 24 (vinte e quatro) horas, no meio rural; e

- 72 (setenta e duas) horas, no atendimento por sistema isolado **SIGFI** ou **MIGDI**.

**4.5** Informar a distribuidora, mensalmente, por meio de Ofício, a relação atualizada da(s) unidade(s) consumidora(s) constantes do Anexo I, discriminando as novas ligações e desligamentos do período, e, formalizando referida atualização, mediante termo aditivo.

## **CLÁUSULA QUINTA: DOS DEVERES DO CONSUMIDOR**

**5.1.** São principais deveres do **CONSUMIDOR**:

**5.1.1.** Manter os dados cadastrais e de atividade exercida atualizados junto à **DISTRIBUIDORA** e solicitar as alterações quando necessário em especial os dados de contato como telefone e endereço eletrônico.

**5.1.2.** Informar à **DISTRIBUIDORA** sobre a existência de pessoa residente que use equipamentos elétricos indispensáveis à vida.

**5.1.3.** Manter a adequação técnica e a segurança das instalações elétricas da **UNIDADE CONSUMIDORA** de acordo com as normas oficiais brasileiras.

**5.1.4.** Consultar a **DISTRIBUIDORA** quando o aumento de **CARGA INSTALADA** da **UNIDADE CONSUMIDORA** exigir a elevação da **POTÊNCIA DISPONIBILIZADA**.

**5.1.5.** Responder pela guarda e integridade dos equipamentos de medição quando instalados no interior de seu imóvel.

**5.1.6.** Manter livre à **DISTRIBUIDORA**, para fins de inspeção e leitura, o acesso às instalações da **UNIDADE CONSUMIDORA** relacionadas com a medição e proteção.

**5.2.** São deveres do **CONSUMIDOR** nas modalidades tarifárias convencional, branca e **PÓS-PAGAMENTO ELETRÔNICO**:

**5.2.1** Pagar a fatura de energia elétrica ou o consumo até a data do vencimento, sujeitando-se, em caso de atraso, à atualização monetária pelo IPCA, juros de mora de 1% ao mês calculados pro rata die e multa de até 2%.

## **CLÁUSULA SEXTA: DA INTERRUÇÃO DO SERVIÇO**

**6.1.** A **DISTRIBUIDORA** pode suspender o fornecimento de energia elétrica, sem aviso prévio ao **CONSUMIDOR**, quando for constatado:

**6.1.1.** Deficiência técnica ou de segurança em instalações da **UNIDADE CONSUMIDORA**, que causem risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao sistema elétrico.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Município de Paulo Bento**  
**Poder Legislativo**



6.1.2. Fornecimento de energia elétrica a terceiros.

6.2. A **DISTRIBUIDORA** pode suspender o fornecimento de energia elétrica, com aviso prévio ao CONSUMIDOR, quando for constatado:

6.2.1. Falta de pagamento da fatura ou do consumo de energia elétrica.

6.2.2. Impedimento do acesso à **DISTRIBUIDORA** para leitura, substituição de medidor e inspeções necessárias.

6.2.3. Razões de ordem técnica.

6.3. A notificação da suspensão deve ser escrita, específica e com entrega comprovada ou, alternativamente, impressa em destaque na fatura, com antecedência mínima de:

a) 3 dias úteis, por razões de ordem técnica ou de segurança; ou

b) 15 (quinze) dias, nos casos de inadimplemento.

6.4. A execução da **SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO** somente poderá ser realizada no horário das 8h às 18h, em dias úteis, sendo vedada às sextas-feiras e nas vésperas de feriado.

6.5 A **DISTRIBUIDORA** não pode suspender o fornecimento após o decurso do prazo de 90

(noventa) dias, contado da data da fatura vencida e não paga, exceto se comprovar que não suspendeu por determinação judicial ou outro motivo justificável.

6.6 O **CONSUMIDOR** deve ter a energia elétrica religada, a partir da constatação da **DISTRIBUIDORA** ou da solicitação do CONSUMIDOR, nos seguintes prazos:

a) até 4 (quatro) horas, em caso de suspensão indevida, sem custo;

b) até 24 (vinte e quatro) horas, para a área urbana;

c) até 48 (quarenta e oito) horas, para a área rural;

6.6.1 No caso do atendimento ser por meio de **SIGFI** ou de **MIGDI**, os prazos de religação são:

a) 72 (setenta e duas) horas, em caso de suspensão indevida, sem custo; e

b) 120 (cento e vinte) horas, nas demais situações.

6.7. Em caso de suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, o **CONSUMIDOR** deve receber a compensação estabelecida pela **ANEEL**.

6.8. A **DISTRIBUIDORA** deve informar os desligamentos programados com antecedência de pelo menos:

a) 5 (cinco) dias úteis, por documento escrito e individual, no caso de unidades consumidoras que prestem serviço essencial ou de pessoa cadastrada usuária de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica;

b) 72h, por meio da página da **DISTRIBUIDORA** na internet e por outros meios que permitam a adequada divulgação, nas demais situações.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DE OUTROS SERVIÇOS**

7.1. A **DISTRIBUIDORA** pode executar serviços vinculados à prestação do serviço público, desde que o CONSUMIDOR, por sua livre escolha, opte por contratar.

7.2. A **DISTRIBUIDORA** pode incluir na fatura ou, quando for o caso, no pagamento do consumo ou da compra de créditos, contribuições de caráter social, desde que autorizadas antecipadamente pelo



**Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Paulo Bento  
Poder Legislativo**



CONSUMIDOR.

7.3.O **CONSUMIDOR** pode cancelar, a qualquer tempo, a cobrança na fatura de contribuições e doações ou outros serviços por ele autorizados.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO**

8.1. O **CONSUMIDOR** pode requerer informações, solicitar serviços e encaminhar reclamações, elogios, sugestões e denúncias nos canais de atendimento disponibilizados pela **DISTRIBUIDORA**.

8.2. A **DISTRIBUIDORA** deve disponibilizar ao **CONSUMIDOR**, no mínimo, os seguintes canais de atendimento, para que o **CONSUMIDOR** seja atendido sem ter que se deslocar do Município onde se encontra a sua **UNIDADE CONSUMIDORA**:

8.2.1 Presencial, com tempo máximo de espera na fila de 30 minutos, no endereço:  
(<https://www.cpfl.com.br/localizacao>).

8.2.2 Atendimento por Agência Virtual na internet, na página: [www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br).

8.2.3 Plataforma "consumidor.gov.br".

8.3. O **CONSUMIDOR** deve receber um número de protocolo no início do atendimento, que deve ser disponibilizado por meio eletrônico em até 1 (um) dia útil.

8.4. O **CONSUMIDOR** deve ser informado de forma objetiva sobre as providências adotadas quanto às suas solicitações e reclamações, de acordo com as condições e prazos de execução de cada situação, sempre que estabelecidos em normas e regulamentos.

8.4.1. Em caso de indeferimento da reclamação, a **DISTRIBUIDORA** deve informar ao **CONSUMIDOR** as razões detalhadas e os dispositivos legais e normativos que fundamentaram sua decisão.

8.5. A **DISTRIBUIDORA** deve solucionar as reclamações do **CONSUMIDOR** em até 5 (cinco) dias úteis do protocolo, ressalvados os prazos de solução especiais estabelecidos na regulação da ANEEL.

8.5.1. Caso seja necessária a realização de visita técnica **UNIDADE CONSUMIDORA**, o prazo para solução da reclamação é de até 10 dias úteis.

8.5.2. Caso o problema não seja solucionado, o **CONSUMIDOR** deve entrar em contato com a ouvidoria da **DISTRIBUIDORA**, se existente.

8.5.3. A Ouvidoria da **DISTRIBUIDORA** deve comunicar as providências adotadas ao **CONSUMIDOR**, em até 10 dias úteis.

8.5.4. Se ainda assim o problema não tiver sido resolvido, ou não existir Ouvidoria, o **CONSUMIDOR** pode registrar sua reclamação:

- na Agência Estadual Conveniada: - ou, na inexistência desta.

- na ANEEL, pelo aplicativo, telefone 167 ou na página <https://www.aneel.gov.br>.

8.6. As reclamações do **CONSUMIDOR** sobre danos em equipamentos devem ser realizadas diretamente à **DISTRIBUIDORA**, em até 5 (cinco) anos da ocorrência.

8.6.1. O ressarcimento dos danos, quando deferido, deve ser realizado por meio de pagamento em moeda corrente no prazo máximo estabelecido na regulação, ou deve ser realizado o conserto ou a substituição do equipamento danificado.

#### **CLÁUSULA NONA: DO ENCERRAMENTO CONTRATUAL**



**Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Paulo Bento  
Poder Legislativo**



**9.1.** O encerramento contratual ocorre nas seguintes situações:

- 9.1.1.** Solicitação do CONSUMIDOR, a qualquer tempo.
- 9.1.2.** Pedido de conexão ou de alteração de titularidade formulado por novo **CONSUMIDOR** para a mesma **UNIDADE CONSUMIDORA**.
- 9.1.3.** Término da vigência do contrato.
- 9.1.4.** A critério da DISTRIBUIDORA, no decurso do prazo de 2 (dois) ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** Além do disposto no presente Contrato aplicam-se às Partes as normas da ANEEL, em especial a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021, que estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica e futuras alterações, a Lei nº 8.987/1995, a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), a Lei nº 13.460/2017 e, subsidiariamente, o Código Civil Brasileiro.

**10.1.1.** Quaisquer modificações supervenientes na legislação aplicável ao setor elétrico, a qual prevalecerá nos casos omissos, assim como quando conflitante com qualquer dispositivo do presente instrumento.

**10.2.** Este Contrato poderá ser modificado por determinação da ANEEL ou, ainda, diante de alterações de leis, decretos ou atos normativos que regulamentam o serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham reflexo na sua prestação.

**10.3.** A falta ou atraso, por qualquer das Partes, no exercício de qualquer direito não implicará renúncia ou novação, nem afetará o subsequente exercício de tal direito.

**10.4.** Este Contrato atualizado estará disponível no endereço eletrônico da ANEEL:

[www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br) e da DISTRIBUIDORA:  
<https://servicosonline.cpfl.com.br/agencia-webapp/#/credenciados>.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO**

**11.1.** Fica eleito o Foro da Comarca onde estiver situada a **UNIDADE CONSUMIDORA** ou o domicílio do **CONSUMIDOR** para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Campinas, 22 de Agosto de 2022





Pela

**Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Paulo Bento  
Poder Legislativo**



**DISTRIBUIDORA:**

**NOME:** EDSON EDUARDO SEVERO  
**CPF:** 63904721020  
**RG:** 001029844469-SSP/RS/  
**CARGO:**

Rubrica

**NOME:** SILVANE FERREIRA  
**CPF:** 74368427068  
**RG:** 008049655973-SSP/RS/  
**CARGO:**

Rubrica

Pelo **CONSUMIDOR:**

**NOME:** LINDOMAR SCANAGATTA  
**CPF:** 752.736.670-20  
**RG:** 7051154065 SSP/RS  
**CARGO:** Presidente do Legislativo

Rubrica

**NOME:** D A L T R O M O A C I R  
U T T E I C H  
**CPF:** 689.544.330-49  
**RG:** 8057393137 SSP/RS  
**CARGO:** Vice Presidente do Legislativo

Rubrica

**TESTEMUNHAS:**

**NOME:** CLAUDIO RODRIGO MANICA  
**CPF:** 94156794091  
**RG:** 007058401956-SSP/SP/  
**CARGO:**

Rubrica

**NOME:** VIVIANE C C POMPERMAIER  
**CPF:** 005.243.850-33  
**RG:** 9079142197 SSP/RS  
**CARGO:** Assessora Parlamenatar

Rubrica



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Município de Paulo Bento**  
**Poder Legislativo**



### **ANEXO I - DADOS UNIDADE CONSUMIDORA**

<b>Instalação</b>	<b>Conta Contrato</b>	<b>Endereço da Unidade Consumidora</b>	<b>Data do Vínculo</b>	<b>Data do Desvínculo</b>
3085564868	930000179130	R S JOSE, 75 , CENTRO, PAULO BENTO/RS	06.06.2019	31.12.9999